

O governo não concorda com nomes avulsos

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O Conselho Político do governo decidiu, ontem, que não apoiará a proposta que prevê candidaturas avulsas à Constituinte, de autoria do deputado João Gilberto (PMDB-RS), sob o argumento de que a inovação atropelaria os próprios partidos políticos. Também decidiu acelerar o exame na Câmara do projeto que altera a distribuição do tempo de propaganda gratuita na televisão, já aprovado no Senado. A mudança, segundo Carlos Chiarelli, líder do PFL no Senado, estabelece que a segunda meia-hora gratuita será dividida em função das bancadas na Câmara dos Deputados e não mais do número de vereadores dos partidos.

Sob a presidência do deputado Ulysses Guimarães, no exercício da Presidência da República, o conselho reuniu o chefe da Casa Civil, ministro José Hugo Castelo Branco, e os líderes Fernando Henrique Cardoso, Carlos Chiarelli, Gastão Müller, Pimenta da Veiga e José Lourenço. Eles resolveram acelerar a tramitação da mensagem do presidente José Sarney convocando a Constituinte para o próximo ano, com a orientação de restringir as emendas, evitando alterações que possam causar polêmica. Quanto ao funcionamento do Congresso em 1987, há consenso entre as lideranças do PMDB e PFL de que deve ser criada uma comissão representativa que responda pelo encaminhamento das matérias ordinárias. Segundo Fernando Henrique Cardoso, a idéia é repetir o modelo adotado quando da modificação da

legislação partidária e eleitoral pela comissão interpartidária. Caberá ainda, a esta comissão providenciar a infra-estrutura de trabalho para os constituintes.

Avulsos

Para o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, a idéia de permitir candidatos avulsos à Constituinte "só tem inconvenientes". Citou entretanto o de estimular comportamentos individualistas e o de estabelecer um trabalho paralelo ao dos partidos. Lembrou, ainda, que não é possível prever o comportamento desses constituintes, se fosse o caso, sem a orientação de nenhuma liderança. Ele acha mais fácil formar um partido e, através dele, disputar a indicação à Constituinte, do que recolher as mil assinaturas previstas no projeto do deputado João Gilberto para os postulantes a candidatos avulsos.

De acordo com o senador, pelo fato de ser presidida pelo deputado Ulysses Guimarães, a reunião de ontem foi mais de discussão do que de decisões. Mesmo assim o encontro pareceu proveitoso, por permitir avaliar a situação da Aliança Democrática depois da convenção do PMDB nas principais capitais.

Ulysses Guimarães e os líderes da Aliança conversaram, ainda, sobre a aventada proposta de um acordo temporário com o FMI, que permitirá a prorrogação dos prazos para pagamento da dívida. Nenhum deles, porém, citou a informação como definitiva, ressaltando que se tratava de um dado novo transmitido por assessores da Presidência.

Comissões prejudicadas

AGÊNCIA ESTADO

A falta de quórum não está impedindo somente o funcionamento normal das sessões do Congresso, mas também os das suas comissões especiais e mistas, como a da Constituinte, que recebeu até agora apenas uma proposta de emenda — o prazo final é sexta-feira —, porque não existem nas duas Casas as assinaturas de 160 deputados e de 23 senadores para a sua apresentação. A emenda proposta é do deputado Marcelo Linhares (PDS-CE), estabelecendo que os deputados eleitos para a Constituinte sejam escolhidos pelo voto majoritário.

Mas a falta de quórum não dificulta só as iniciativas pessoais dos parlamentares. O deputado Genofno Neto (PT-SP) disse que seu partido deverá conseguir assinaturas para garantir a apresentação de uma única emenda, assim mesmo porque começou a colhê-las há cerca de dois meses. "Mas faltam ainda as adesões de mais sete ou oito deputados" — ressaltou. O PT pretende com a sua emenda separar as eleições dos congressistas das eleições para escolha dos constituintes.

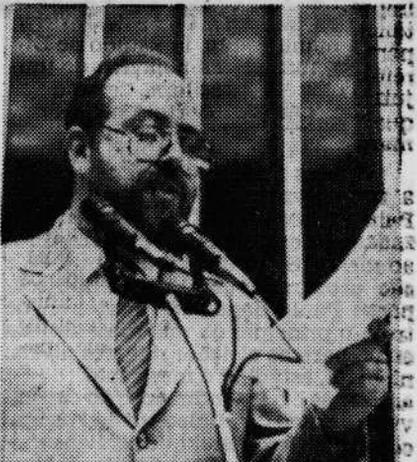
O deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP), presidente da comissão, disse estar "apreensivo" com a falta de quórum, lembrando que não há nenhuma questão consensual, quando se trata de Constituinte, "mas tudo deve ser objeto de discussão e de deliberação da maioria dos integrantes da comissão".

Flávio Bierrembach informou que a primeira reunião da Comissão Mista será realizada no próximo dia 20, para apreciação e votação do rolêiro de trabalho e de autoridades e

personalidades que deverão ser convocadas para discutir o assunto.

INDEPENDENTE

Pressionar os parlamentares e os governadores para que o Congresso Nacional aprove a convocação de uma Constituinte específica, independentemente do Legislativo, será, a partir de agora, uma das principais metas das seções regionais da Ordem dos Advogados e do Instituto dos Advogados do Brasil, segundo informou ontem, em Porto Alegre, o presidente da entidade, Sérgio Ferraz. Os governadores Jair Soares, José Rícha e Esperidião Amin — que já acataram a proposta — voltarão a se reunir no próximo dia 24, quando lançarão oficialmente a tese da convocação de uma Constituinte livre, soberana e independente do Legislativo.



Flávio Bierrembach

Arquivo